



Capítulo 2: A Câmara no Período Imperial (1859–1889)

Este capítulo narra a história da Câmara Municipal de Petrópolis desde sua instalação, em 1859, até a Proclamação da República, em 1889. O período foi marcado por disputas eleitorais, limitações orçamentárias e a construção das bases do legislativo petropolitano.



A Primeira Legislatura

Quando em **29 de setembro de 1857**, a Assembleia Legislativa provincial elevou à cidade o povoado de Petrópolis, uma das consequências do ato foi o novo município necessitar de uma Câmara Municipal para tratar dos assuntos administrativos locais.

Três eleições foram realizadas, até que em **17 de junho de 1859**, a Câmara Municipal foi instalada e os primeiros vereadores da cidade tomaram posse.

A instalação da Câmara Municipal marcou o início de uma nova era administrativa para Petrópolis, recém-elevada à categoria de cidade.



Os Primeiros Vereadores Empossados

Na ocasião da instalação da Câmara, em 17 de junho de 1859, foram **seis vereadores empossados**:

Albino José de Siqueira

Augusto da Rocha Fragoso

João Batista da Silva

Manuel Francisco de Paula

Inácio José da Silva

Manuel Cândido do Nascimento Brito

Depois, em **12 de julho de 1859**, os dois primeiros suplentes da Câmara tomaram posse: **João Meyer** e **José Antônio da Rocha**.



Desafios Orçamentários da Nova Câmara

A elevação à categoria de cidade trouxe não apenas prestígio, mas também uma **substancial perda financeira**. Como freguesia, Petrópolis recebia da Fazenda Imperial a contribuição de **100:000\$000 (cem contos de réis)** a título de auxílio. Com a mudança de status, essa receita foi drasticamente reduzida.

Orçamentos Propostos pela Câmara

- 2º semestre de 1859: **6:550\$000** (seis contos e 550 mil réis)
- Ano de 1860: **8:800\$000**

Resultado da Assembleia Provincial

A Assembleia Provincial **não aprovou** os primeiros orçamentos da Câmara. No final de 1859, a mesma Assembleia reduziria o orçamento para apenas **2:750\$000**, uma fração do que havia sido solicitado.

A receita estimada para o novo município era de apenas **8:000\$000**, tornando a situação financeira da Câmara extremamente delicada desde seus primeiros dias de funcionamento.



O Primeiro Presidente da Câmara: Albino Siqueira

Dentro do **Projeto Recuperação da Memória do Legislativo Petropolitano**, as historiadoras **Daniela de Souza Costa**, **Jaqueline de Medeiros Brand** e **Maria de Fátima Moraes Argon** fizeram uma série de perfis de personalidades históricas, incluindo o do primeiro presidente da Câmara, o comendador Albino Siqueira.

📄 Segundo as pesquisadoras, apesar de em toda a bibliografia consultada e até mesmo nas atas da 1ª legislatura o sobrenome dele estar grafado **Siqueira**, ele assinava "**Sequeira**" em todas as ocasiões.

Nascido na capital, Albino Siqueira foi **coronel da Guarda Municipal** e exerceu atividades na Corte, na Vila da Estrela e em Petrópolis. Recebeu, de **D. Pedro II**, os graus de **oficial da Ordem da Rosa** e **Cavaleiro de Cristo**, pelos seus serviços à causa pública.

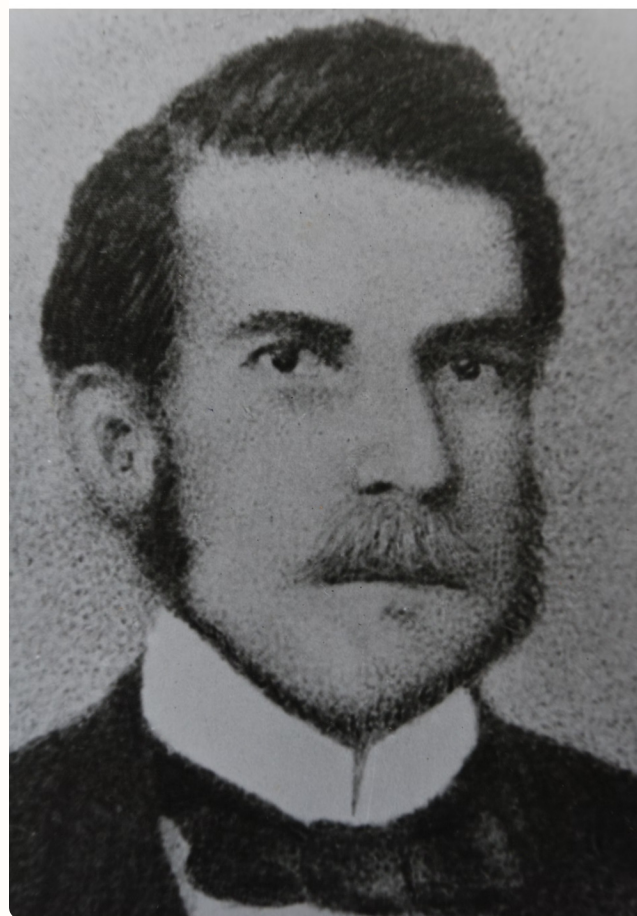


Imagem 1. Albino Siqueira, primeiro presidente da Câmara.

Fonte: ASCOM/CMP



A Trajetória de Albino Siqueira: Fazendeiro e Empresário

Depois da morte de seu pai, Albino Siqueira tomou posse das **propriedades agrícolas na baixada fluminense**, inclusive a conhecida **Fazenda do Fragoso**, propriedade em que hospedou **D. Pedro II** e **D. Teresa Cristina**. Foi reconhecidamente um grande fazendeiro e dono de engenho de aguardente.

Fazenda do Fragoso

Propriedade agrícola na baixada fluminense onde hospedou D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Albino Siqueira foi reconhecidamente um grande fazendeiro e dono de engenho de aguardente.

Empresa Imperial de Transportes

Foi um dos proprietários da Empresa Imperial de Transportes de Passageiros e Cargas que fazia a ligação entre Petrópolis e Raiz da Serra, que incluía **20 carros de passageiros**. Além desses carros, a companhia possuía também diligências para maior número de passageiros, distinguindo-se, dentre elas, a "**Baronesa**", em honra à Baronesa de Mauá.

Albino Siqueira faleceu em **17 de dezembro de 1879**.



A Presidência de Albino Siqueira e os Limites do Poder Municipal

O vereador mais votado do pleito de 1859 foi o **Coronel Veiga**, mas como as forças militares não concederam a licença para que ele assumisse o mandato, quem assumiu a presidência da Câmara foi o **segundo vereador mais votado: Albino Siqueira**.

É importante lembrar que nesse período, a Câmara exercia tanto o **poder legislativo**, com a criação das leis, quanto o **poder executivo** – centrado na figura do presidente – com a responsabilidade de cumprir as leis e executar obras e melhorias no município.

Entre **1859 e 1889** (até a Proclamação da República), os vereadores **não recebiam vencimentos** pelos serviços prestados à Municipalidade.

O trabalho realizado pela Câmara Municipal era limitado pelas imposições do modelo de gestão pública centralizado realizado pelo Governo Imperial. Decisões sobre desapropriações, organização dos servidores municipais, receitas e despesas, entre outras questões, dependiam ou da aprovação da Assembleia Legislativa provincial ou do próprio presidente da Província do Rio de Janeiro.

❏ Para Ruy Monteiro, *"na prática, [o modelo de gestão centralizado do Império] restringia drasticamente autonomia municipal"*.



Um Mandato Reduzido: 18 Meses e 13 Dias

Por conta da demora na instalação da Câmara e na posse dos vereadores, nesse primeiro momento, o mandato que era de **quatro anos** ficou reduzido para apenas **18 meses e 13 dias**.

Já em **07 de setembro de 1860**, foram realizadas as eleições para as Câmaras Municipais do Império, com posse prevista para **07 de janeiro de 1861**, encerrando prematuramente a primeira legislatura petropolitana.



Nova Legislatura? A Eleição Contestada de 1860

Nas eleições de 1860, apenas **três vereadores** conseguiram a reeleição: **Albino Siqueira**, como mais votado, **Augusto da Rocha Fragoso** e **João Batista da Silva**.

José Antônio da Rocha, juntamente com outros vereadores não reeleitos, questionou a legalidade da eleição junto ao Governo Imperial.

Em **08 de janeiro de 1861**, a ata de posse dos eleitos no ano anterior registra que o juramento não pudera ser feito anteriormente por "*circunstâncias independentes de sua vontade (do Presidente) [que] foram causa de não ter podido comparecer*". Nessa sessão, José Antônio da Rocha fez uso da palavra e disse que:

"não lhe parecia regular a posse da nova Câmara, visto achar-se pendente do governo supremo uma representação (...) contra a legalidade da eleição, sendo mais para notar, que à Câmara transata (passada) competia o inquestionável direito de continuar no exercício de seu cargo até apresentar-se a decisão do governo, incorrendo ela em grave responsabilidade e multas se assim não praticasse".

Na sequência, José Antônio da Rocha se retirou do plenário para que a posse fosse retomada.



A Posse Contestada e a Dissolução da Câmara

O Presidente da Câmara entendia que a representação não era suficiente para impedir a posse da nova câmara, que estava prevista na lei, não sendo viável adiar a posse por tempo indeterminado ou manter a legislatura passada. Após o posicionamento do Presidente, mais alguns vereadores deixaram o plenário.

Fizeram novo juramento:

Albino Siqueira

Augusto Rocha Fragoso

João Batista da Silva

Tomás José da Porciúncula

José Pinheiro de Siqueira

A nova câmara empossada realizou apenas **cinco sessões** entre janeiro e maio de 1861, quando em **15 de maio de 1861** é registrada na ata a informação que a câmara havia recebido uma Portaria do Presidente da Província, do início do mês, dizendo que as eleições realizadas em 1860 haviam sido **anuladas**, tendo ele dissolvido a câmara atual e agendado uma nova eleição para o dia **9 de junho**.



O Encerramento da Polêmica Primeira Legislatura

Assim, os vereadores da primeira Câmara Municipal foram avisados que deveriam **reassumir as funções** e providenciar as novas eleições. Em **20 de maio**, os vereadores foram reintegrados.



As eleições foram realizadas em **9 de junho de 1861** e os novos vereadores tomaram posse em **1º de outubro de 1861**, encerrando a polêmica primeira legislatura petropolitana.



A Proclamação da República

Passado o tempo, em **16 de novembro de 1889**, a Câmara realizou uma sessão extraordinária com o objetivo de comunicar oficial e solenemente ao povo do município o estabelecimento da **República dos Estados Unidos do Brasil** e a proclamação do governo provisório no dia anterior.

O vereador **Ricardo Narciso da Fonseca** pediu que a Câmara enviasse uma mensagem, que ao ser colocada em votação, foi aprovada **por unanimidade**, ao governador do Estado para que ele repassasse ao governo provisório:

A Câmara Municipal de Petrópolis, reunida em sessão extraordinária e representada pelos vereadores abaixo-assinados, tem a honra de comunicar ao governador do Estado do Rio de Janeiro, em nome das autoridades e povo deste município, que foi aceito com júbilo o estabelecimento da República Brasileira e que todos mantêm o firme propósito de auxiliar o governo provisório com a maior franqueza e lealdade na gloriosa tarefa de que se incumbiu o engrandecimento da Pátria.



Imagem 2. Proclamação da República por Benedito Calixto ([Fonte da Imagem](#)).

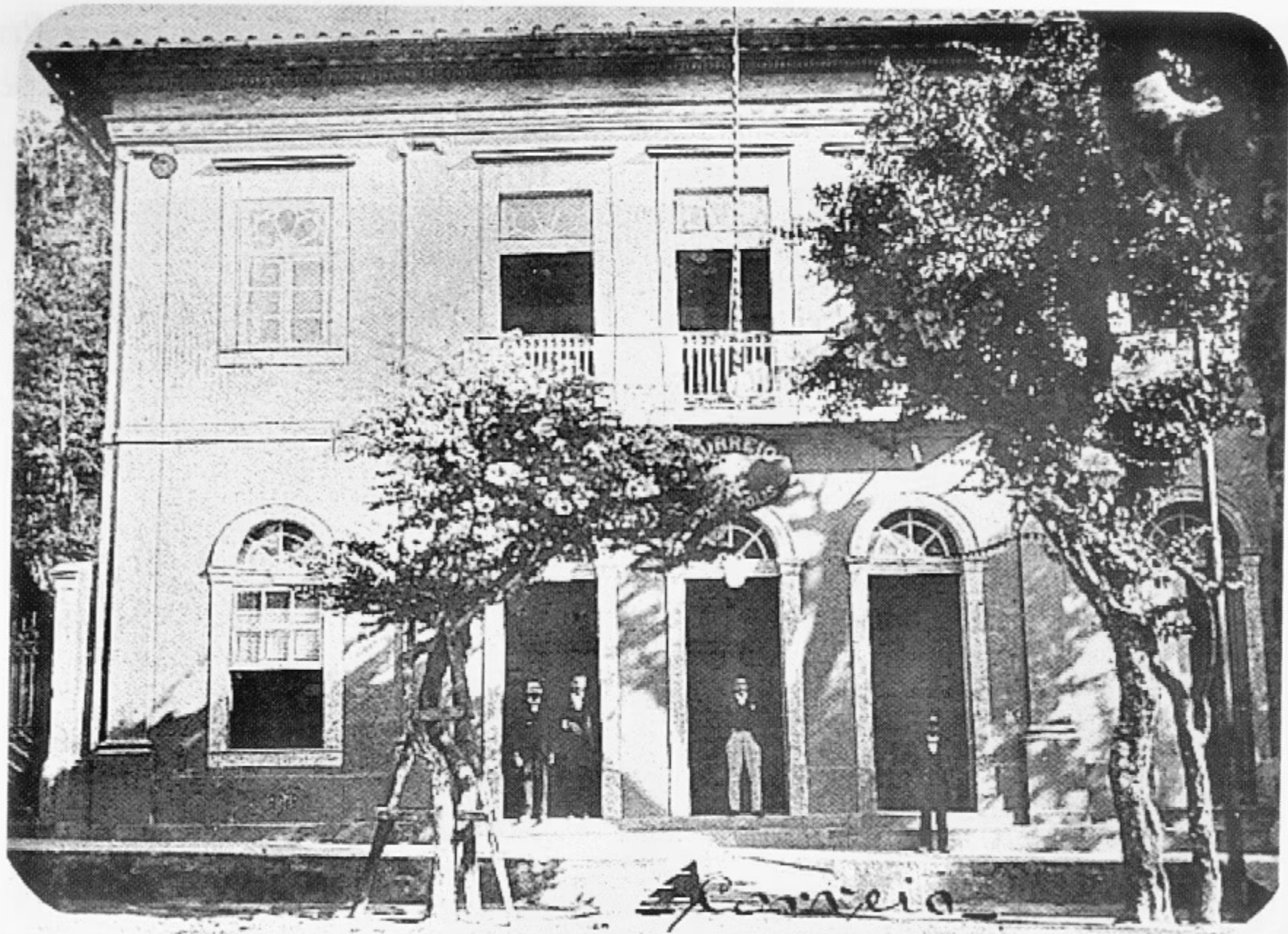
E assim, a Câmara seguiu com os trabalhos encerrando o **capítulo imperial** de sua história.



A Primeira Sede da Câmara Municipal

A imagem da primeira sede da Câmara Municipal de Petrópolis integra o acervo da ASCOM/CMP e representa um importante registro visual do início da história do legislativo petropolitano, testemunhando os primeiros anos de funcionamento da instituição durante o período imperial.

Nesse espaço, os primeiros vereadores da cidade debateram orçamentos, contestaram eleições e exerceram simultaneamente os poderes legislativo e executivo do município — tudo isso sem receber qualquer vencimento pelos serviços prestados à Municipalidade entre 1859 e 1889.



Prédio da Rua Paulo Barbosa, onde a Câmara Municipal funcionava em 1850 e que mais



A Preservação da Memória: Atas e Projetos de Recuperação Histórica

O professor **Paulo Machado** realizou um extenso trabalho com uma análise minuciosa das atas da Câmara no período imperial, que pode ser conhecido no artigo [Conhecendo nosso Passado – História da Câmara Municipal segundo suas atas](#), disponível no site do **Instituto Histórico de Petrópolis**.

1993

O **Museu Imperial** iniciou um projeto de preservação das atas do período imperial da Câmara que faziam parte de seu acervo. A Câmara foi convidada a ser parceira desse projeto.

Transcrição das Atas

As atas do império foram transcritas por técnicos e à época disponibilizadas em **disquetes**.

1

2

3

4

Projeto de Memória

O projeto passou a ser conhecido como **Projeto Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano**.

Acesso Digital

Atualmente, você pode encontrar essas atas no [site da câmara](#).